


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4001429-31.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Embargos À Execução - Adimplemento e Extinção**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 05/12/2014 11:32:45 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

EDVALDO CORDEIRO DE SOUZA opõe embargos à execução que lhe move **ANDREA CRISTINA CARA FERREIRA**. A execução está fundada em um cheque. A dívida a que se refere o cheque, sustenta o embargante, já foi paga ao seu verdadeiro credor, qual seja, o Laboratório Médico Dr. Maricondi S/A. A exequente-embargada é esposa de advogado que, anteriormente, prestou serviços àquele laboratório e que, em nome do laboratório, recebeu o cheque, a título de cumprimento de um acordo celebrado em processo judicial havido entre o laboratório e a empresa da qual o embargante é sócio. Tal cheque era destinado ao laboratório, não ao advogado. O advogado e a sua esposa, embargada, apropriaram-se indevidamente da cártula. Paralelamente a tal apropriação, o embargante efetuou o pagamento diretamente ao verdadeiro credor. Logo, inexigível o débito. Sob tais fundamentos, pede o acolhimento dos embargos com a extinção da execução.

A embargada ofertou impugnação (fls. 125/138), alegando que o cheque corporifica obrigação cambial autônoma, sendo plenamente exigível. Ademais, a utilização, por seu marido, do cheque, para pagamento parcial dos honorários advocatícios a que este fazia jus, está prevista no contrato de honorários celebrado com o laboratório, que anuiu, ademais, a tal procedimento. O embargante tinha conhecimento disso. Pede a rejeição dos embargos.

O processo foi saneado, determinando-se a produção de prova oral (fls. 262/263), que foi de fato produzida (fls. 544/547).

As partes apresentaram memoriais (fls. 565/567, 568/575).

FUNDAMENTAÇÃO

O cheque exequendo, emitido pelo embargante, Edvaldo Cordeiro de Souza, é um daqueles que a R&M Assessoria e Análises Laboratoriais Ltda, da qual o embargante é sócio, entregou em pagamento de acordo celebrado em outra ação judicial com o Laboratório Médico Dr. Maricondi S/S.

O marido da embargada-exequente, à época, era advogado do Laboratório Médico Dr. Maricondi S/S, tendo recebido as cártulas enquanto procurador.

Um dos cheques é o que está em discussão. Foi preenchido o campo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

relativo ao beneficiário do pagamento, nos cheques, em nome da esposa do advogado, ora embargada, procedendo-se à compensação bancária. O cheque em exame retornou por insuficiência de fundos.

A controvérsia concerne à boa-fé da exequente e/ou seu marido.

Boa-fé que, no caso concreto, deve ser lida à luz da relação contratual entre o marido da exequente e o Laboratório Médico Dr. Maricondi S/S.

É que, segundo se extrai dos autos, o advogado teria um crédito perante a empresa. Sustenta a embargada que houve acordo verbal entre as o seu marido e a empresa constituinte para que os cheques fossem utilizados como parte do pagamento (fls. 153). Sustenta o embargante (e o Laboratório), por sua vez, que inexistia tal acordo verbal (fls. 152 - "muito embora sem autorização formal").

Caso tenha havido o acordo, a exequente-embargada é terceira de boa-fé e deve receber o valor do título (nesse caso, de má-fé estaria o Laboratório ao aceitar o pagamento efetuado pelo embargante, extrajudicialmente).

Caso não tenha havido, ausente boa-fé da exequente (e seu marido), não devem receber a quantia pois não se cogita de um mandatário, violando a relação com o mandante, se aproprie dos créditos que caibam a este (mesmo a título de imputação de pagamento, compensação).

A solução virá da inoponibilidade de exceções pessoais ao terceiro de boa-fé, e sua oponibilidade ao terceiro de má-fé, questão pertinente ao deslinde da causa independentemente dos argumentos da embargada relativos à abstração e autonomia da obrigação cambial.

Pois bem.

A Cláusula 14 do contrato de serviços advocatícios celebrado entre o marido da embargada e o laboratório, lida às fls. 141, não autoriza de forma ampla, pelo causídico, a retenção de pagamentos feitos por devedores ao laboratório, tanto que tal cláusula estipula determinadas condições para a sua incidência – vg. "**desde que o motivo do afatamento, devidamente comprovado em juízo, não tenha sido determinado pelo comportamento irregular do mesmo advogado**" -, condições estas que, para a sua implementação, dependeriam de prova não apresentada, o que demonstra impossibilidade de sua execução unilateral, extrajudicialmente, sem a anuência da parte contrária. Ou seja: *a despeito da cláusula em questão, não podia o advogado reter pagamentos, para imputá-los em seus honorários, sem a concordância do laboratório.*

Nesse sentido, era necessária a efetiva autorização ou concordância, por parte do laboratório, em relação a tal procedimento.

Não se vê tal concordância no caso dos autos; e ela não é presumida.

Declarou o representante legal do laboratório: "(...) após contratar um outro advogado para o laboratório, tomei conhecimento de que o Dr. Renato havia se apropriado de cheques que recebeu enquanto procurador do laboratório, depositando-os em conta pessoal; ele não foi autorizado a assim proceder, não pediu


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

autorização e não houve consenso algum neste sentido (...) (fls. 544).

Às fls. 151/154 temos uma troca de e-mails que não revela, ao contrário do mencionado pela embargada, a autorização.

Com efeito, iniciaram-se as mensagens eletrônicas com e-mail encaminhado pelo representante legal do laboratório, a propósito da revogação da procuração outorgada em relação aos processos.

Em seguida, respondendo, o advogado (marido da embargada) confirma o recebimento, trata de outros assuntos e, no mais, noticia a existência de crédito de honorários advocatícios. Especificamente em relação à questão de fundo, diz: *"lembramos que conforme prestação de contas verbais retivemos os valores recebido [sic] da empresa R&M Assessoria e Análises Clínicas Laboratoriais Ltda ... para abater dos valores devidos, conforme acordo verbal e em conformidade com a cláusula 13 do nosso contrato ..."*.

A menção a "prestação de contas verbais" indicaria que a retenção teria sido autorizada. Todavia, o simples fato de o advogado dizer que houve tal prestação de contas verbais não significa que ela efetivamente ocorreu. Dispõe o art. 368, parágrafo único do CPC: **"Quando, todavia, contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato."**

Indo adiante, tem-se que quem responde esse e-mail não é mais o representante legal do laboratório e sim o advogado contratado pelo laboratório (confirmando a versão apresentada pelo representante legal, fls. 544: "... à época eu já estava bem desgastado por conta de uma série de problemas com o Dr. Renato, a questão foi passada ao novo advogado do laboratório ..."), mencionando este "o intuito é saber o que o Dr. Wagner ou suas empresas lhe devem, cotejando com aquilo que você recebeu inerente acordos que realizou em processos judiciais que representava, muito embora sem autorização formal para compensação."

Tal sequência de e-mails não confirma, pois, a existência de autorização, cuja prova incumbia à embargada.

A testemunha Vanderlei Venturin, ouvida às fls. 546, desconhece tal autorização.

Nesse contexto probatório, à míngua de qualquer outra prova, resulta dos autos que o ex-advogado do laboratório não poderia, realmente, ter retido o cheque, pois ausente autorização do laboratório e não aplicável a cláusula contratual de honorários.

Nesse sentido, deveria tê-lo entregue ao laboratório.

Todavia, houve por bem retê-lo.

Juridicamente, agiu de má-fé. Como consequência, as defesas do embargante são-lhe oponíveis (e à sua esposa, embargada, em cujo nome foi preenchida a cartula).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Na sequência, após a tentativa de compensação da cártula, o embargante dirigiu-se ao laboratório – afinal, este era o credor, e o cheque havia sido emitido em favor deste – para quitar a dívida. E assim o fez, ao que resulta dos autos de boa-fé (observe-se, vg., o depoimento de Gisele Aparecida Poletti, indicando que o embargante teria imaginado que o laboratório é que havia tentado receber o cheque).

O laboratório recebeu pagamento e não incorreu em ilícito ao fazê-lo, pois era de fato o credor, embora não em poder da cártula.

Nesse sentido, a dívida consubstanciada no título não é exequível perante o embargante, que de boa-fé já a pagou, e, ademais, a prova indica a má-fé da embargada, pois a cártula havia sido indevidamente retida por seu marido.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para DECLARAR a inexigibilidade da dívida em execução nos autos principais, e CONDENAR a embargada nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 2.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 07 de janeiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA